



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 12 | Nº. 22 | Jan./Jun. 2020

### **Carlos Augusto Pereira dos Santos**

*Universidade Estadual Vale do Acaraú / UVA.*

Carlos\_augusto@uvanet.br

## APRESENTAÇÃO

Respeitável público leitor da **Revista Historiar**, no ano em que o Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, comemora seus 60 anos de existência, traz à lume, o volume 12, número 22, apresentando oito artigos inéditos de temática livre. Neste clima comemorativo, vale ressaltar que a revista completa sua primeira década de publicação, trazendo importantes contribuições historiográficas, distribuídas nos vários dossiês e artigos livres publicados ao longo do tempo.

Mas, o que temos na programação deste número em especial? A liberdade da temática livre acabou por trazer uma gama de questões que tocam em aspectos importantes que animam a cena historiográfica atual, cujos desdobramentos

apontam para a diversidade que o bom debate deve conter, assim como de, minimamente, atender às demandas que a historiografia sofre por conta da aceleração dos tempos, face às “revoluções tecnológicas, com as mudanças ambientais e com as reconfigurações políticas em mais curto intervalo de tempo” (Barros, 2013, 16). À essa aceleração tem-se uma complexidade do mundo com repercussões evidentes na historiografia, como assevera o historiador José D’Assunção Barros (2013, p. 17):

Uma das respostas a esta complexidade, no universo de trabalho dos historiadores, foi sua subdivisão imaginária em História Econômica, História Política, História Cultural, História Conceitual, História Ambiental, ou quantas outras histórias se queira considerar – e, sobretudo, a formação de conexões múltiplas entre estas modalidades.

De algum modo, este número da Revista Historiar apresenta sua “complexidade” e suas “conexões múltiplas”. Desta forma, o mundo do trabalho; o universo educacional; a identidade indígena; aspectos da religiosidade popular; do patrimônio imaterial e das representações criadas sobre a Guerra do Paraguai, são tratados neste número por

historiadores e professores de história, cobrindo um lapso espaço-temporal que mergulha no século XIX e desponta nos tempos mais do que “sombrios” da nossa centúria atual; traz o ambiente do teatro da guerra no Paraguai e passeia pelas várias regiões do estado do Ceará e dá uma voltinha ali no Piauí.

Portanto, neste número, o leitor terá o prazer de contemplar os horizontes dos diversos objetos aqui destacados, não somente por seu caráter conteudístico e variado, mas, também pela natureza das fontes utilizadas e abordagens evidenciadas nos artigos aqui enfeixados. Neste sentido, apesar das especificidades de cada texto, é possível estabelecer conexões entre eles. O quê, por exemplo, as questões relativas ao trabalho rural no pós-abolição no interior do Ceará se articulam contemporaneamente com o trabalho feminino doméstico? Em que medida, um mergulho nos procedimentos educacionais na história da educação do Ceará pode subsidiar as discussões em torno da formação de professores e do ensino de história numa determinada unidade escolar? Da mesma forma, que sutilezas e problemas podem ser percebidos na criação de discursos e representações sobre determinados fatos históricos (a Guerra do Paraguai; a identidade indígena; o “milagre de Juazeiro”, ou mesmo a trajetória de um mestre cordelista)?

Feito estas considerações, convidamos o público leitor a se embrenhar nas tramas das histórias aqui contadas. Podemos começar pelo artigo *Trabalho rural, pós-abolição e memórias da liberdade no antigo município de Entre-Rios, sertão do Ceará*, de, Paulo Henrique Souza Martins, onde o município de Santa Quitéria-CE é mostrado pelo viés das memórias dos descendentes de escravos, descortinando o mundo do trabalho possível do pós-abolição, destacando as lutas daquele cotidiano familiar no contexto dos “mecanismos afirmadores de autonomia e liberdade. Seguindo nesta “pegada”, o artigo de Pamela Peres Cabreira, *Trabalho doméstico e reprodutivo na esfera capitalista: mulheres, exploração e segregação social*, faz uma interessante análise do trabalho feminino dentro do escopo teórico do feminismo (contando aí com as questões de gênero) e seus desdobramentos no mundo capitalista, fundamentada numa boa discussão bibliográfica.

Passando para o capó educacional o artigo *História e Educação no Ceará: da Colônia à República Velha*, dos autores Antônio Roberto Xavier; Lisimére Cordeiro do Vale Xavier e Glauber Robson Oliveira Lima, traz os primórdios da história da educação cearense, abarcando desde os tempos de Colônia, chegando até à República Velha, estabelecendo um panorama dos problemas e desafios enfrentados e dos legados

deixados ao longo do tempo. Por outro lado, Cintya Chaves e Elisgardênia de Oliveira Chaves em *Experiências de formação de professores: diálogos possíveis em didática, metodologia e estágio no Ensino de História (2015- 2019)* mostram um retrato atual dessa educação na formação de professores de história, no curso de História da Universidade Estadual do Ceará, campus de Limoeiro do Norte. Passado e presente se encontrando no fazer pedagógico.

Continuando nosso percurso neste número, temos o artigo de Bruno César Pereira, Jaqueline Kotlinski e Oseias de Oliveira, *As “Guerras do Paraguai”: das ideologias nacionalistas aos estudos contemporâneos* que aborda um dos fatos mais clássicos da nossa historiografia, apresentando como os intelectuais vão construindo diversas representações desta guerra no decorrer do tempo.

A atualidade da questão indígena, por sua vez, é abordada em *Os indígenas na contemporaneidade: buscando entender alguns estereótipos no contexto piauiense*, artigo de autoria de Ricardo de Moura Borges, que recupera uma discussão de como o índio vem sendo tratado por historiadores ao longo da história do Brasil, além dos problemas enfrentados atualmente, decorrente das políticas de integração indígena, com foco no estado do Piauí.

Na sequência dessa variedade temática, a historiadora Maria de Fátima de Moraes Pinho em seu artigo *A beata, o padre e um milagre: a repercussão dos “milagres do Juazeiro” e seus protagonistas na imprensa (1887-1891)*, desvenda as repercussões dos “fatos extraordinários do Juazeiro” na imprensa brasileira, onde os protagonistas – a beata e o padre, acabaram por promover o encontro e o confronto da religião oficial com a religiosidade popular, transformando para sempre o povoado de Juazeiro do Norte.

Para encerrarmos, poderíamos concluir esta apresentação num alentado cordel, fazendo correlações com todos os temas aqui apresentados. No entanto, este dom e capacidade são para os mestres cordelistas, como Sebastião Chicute, que poderia tanto versejar a história do Padre Cícero, como o seu cotidiano pleno de funções que desenvolveu ao longo da vida, como muito bem sistematizou Francisco Artur Pinheiro Alves no artigo *A contribuição do mestre Sebastião Alves Lourenço - Sebastião Chicute – para a educação patrimonial imaterial*. Pois é, o patrimônio imaterial na perspectiva de um mestre da cultura também está presente neste número da Revista Historiar que ora oferecemos ao grande público.

Boa Leitura!

Carlos Augusto Pereira dos Santos

## Referências

BARROS, José D'Assunção. A expansão da História. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

---

### ***Carlos Augusto Pereira do Santos***

Possui graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2015). Graduação em ESTUDOS SOCIAIS pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (1990), mestrado em HISTÓRIA SOCIAL pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (2000) e doutorado em História do Norte e Nordeste do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE (2008), pós-doutorado em Estudos Culturais do Programa Avançado de Cultura Contemporânea PACCC/UFRJ (2016). Atualmente é Professor Adjunto - Nível K, da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: militância comunista, ditadura, cotidiano, cultura, trabalhadores.

---